

# HISTÓRIA ORAL E MEMÓRIA: CONSTRUINDO NOVAS FONTES DE PESQUISA SOBRE A FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE RIO GRANDE (1960-1969)

JOSIANE ALVES DA SILVEIRA\*  
RITA DE CÁSSIA GRECCO DOS SANTOS\*\*

## RESUMO

Este trabalho busca apresentar as contribuições da História Oral e da memória na pesquisa realizada sobre a Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande (1960-1969), cuja criação marcou o início dos cursos superiores voltados à formação docente na cidade. Para tanto, ressalta as diferentes fases do trabalho com História Oral e o embasamento sobre a memória. Nesse sentido, tem como base os caminhos abertos pela História Cultural, os quais vêm propiciando a ampliação de problemas, objetos e temas de pesquisa histórica. Consta que a multiplicidade de histórias e memórias sobre a mencionada instituição educacional só foi descortinada devido à ampliação do olhar sobre as novas fontes de pesquisa.

**Palavras-chave:** História Oral; Memória; História Cultural.

## ABSTRACT

### ORAL HISTORY AND MEMORY: BUILDING NEW SOURCES OF RESEARCH ON THE CATHOLIC UNIVERSITY OF PHILOSOPHY IN RIO GRANDE (1960-1969)

This study aims to present the contributions of oral history and memory in the survey about the Catholic University of Philosophy in Rio Grande (1960-1969), which creation has been a mark point to the beginning of undergraduate courses focused on teacher's formation in Rio Grande city. For this, highlights the different stages of work with oral history and the foundation on memory. In this sense, is based on the paths opened by the Cultural History, which come fostering expanded problems, objects and subjects of historical research. Notes that the multiplicity of stories and memories about the mentioned educational institution was only due to the expansion of descortinada look at new sources of research.

**Keywords:** Oral History; Memory; Cultural History.

---

\* Mestre em Educação – Filosofia e História da Educação pelo PPGE-FaE/UFPEL. Professora de História na Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul. E-mail: josidasilveira@gmail.com

\*\* Doutora em Educação – Filosofia e História da Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas – PPGE-FaE/UFPEL. Professora do Instituto de Educação – IE/FURG e do – PPGH/FURG. E-mail: ritagrecco@yahoo.com.br

## Introdução

Este texto busca apresentar, através dos referenciais teórico-metodológicos, as contribuições da História Oral e da memória na pesquisa realizada sobre a Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande (1960-1969), cuja criação marcou o início dos cursos superiores voltados à formação docente na cidade. Essa instituição foi criada em 1960 pela Mitra Diocesana de Pelotas e integrada, em 1969, à Universidade do Rio Grande (hoje denominada Universidade Federal do Rio Grande – FURG), quando passou a se denominar Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Cabe ressaltar que, para a realização da referida pesquisa foram utilizadas diferentes fontes de pesquisa (fontes escritas, documentos institucionais e jornais), porém neste texto o enfoque será dado, exclusivamente, a preparação das entrevistas<sup>1</sup>, fundamentadas na História Oral e no embasamento sobre a memória.

Como realizar uma pesquisa com História Oral? O que deve ser feito antes, durante e depois dessa pesquisa? Por que um trabalho com História Oral envolve o estudo da memória? Essas são algumas questões que podem surgir quando se pretende realizar uma pesquisa com História Oral. Na busca de esclarecimentos para tais questionamentos foram realizadas algumas leituras teórico-metodológicas.

Autores como, por exemplo, Alberti (1989, 2005a, 2005b), Corrêa (1978), Delgado (2006), Ferreira e Amado (1998), Meihy e Holanda (2010) e Neves (2000) serviram de apoio na preparação das entrevistas, na realização e no tratamento dos dados coletados. Sendo que, para completar essa última etapa da pesquisa, recorre-se ao embasamento de Bosi (1994, 2003), Candau (2011), Catroga (2001), Halbwachs (2004), Le Goff (1992), Ricoeur (2007) e Thompson (1992) sobre a memória. Aposta-se na diversificação das fontes de pesquisa, tendo como base os estudos de Pesavento

---

<sup>1</sup> Todas as entrevistas foram realizadas na cidade do Rio Grande/RS, nos anos de 2010 e 2011. Entre os entrevistados constam quatro professores que atuaram na Faculdade Católica de Filosofia; duas professoras que foram alunas nos primeiros anos dos cursos de Filosofia e de Pedagogia; uma secretária que atuou nos anos finais da instituição; e, para se obter informações sobre o corpo dirigente, recorreu-se a uma das professoras entrevistadas que também foi diretora da Faculdade e a uma das filhas de Hugo Dantas Silveira, primeiro diretor, já falecido. Todos, enfim, vivenciaram períodos diferentes de funcionamento da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande.

(1995, 2004, 2008) e Burke (2005) sobre os caminhos abertos pela História Cultural.

Cabe ainda ressaltar que, dentre as várias orientações mencionadas pelos estudiosos da História Oral e da memória foram abordadas aquelas consideradas mais pertinentes ao tipo de pesquisa que se realizou. Mesmo assim, sempre que possível, busca-se expor outras formas de se trabalhar com História Oral e memória. Considera-se importante o olhar sobre os bastidores das pesquisas históricas. Isso, sem dúvida, serviu como incentivo para que este trabalho fosse realizado com o intuito de ampliar as informações sobre a História Oral e a memória.

### **Nos bastidores da pesquisa: alguns caminhos teórico-metodológicos, envolvendo História Oral e memória**

Antes de se iniciar qualquer pesquisa considera-se necessário esboçar alguns caminhos que podem sustentar o trabalho posterior. Segundo Barros (2005, p. 9), “iniciar uma pesquisa, em qualquer campo do conhecimento humano, é partir para uma viagem instigante e desafiadora”. Por isso, a pesquisa necessita de um planejamento, mesmo que provisório, para orientar o pesquisador no caminho a ser percorrido. Seguindo tais sugestões, este texto apresenta reflexões sobre a utilização da História Oral e de temáticas que a envolvem, como a memória, e que serviram de apoio para a pesquisa sobre a Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande.

Nas últimas décadas do século XX, uma nova corrente historiográfica, a História Cultural, apresentou novas formas de interrogar o passado. A partir de então, como bem destaca Pesavento (2004, p. 16), “tudo o que foi, um dia, contado de uma forma, pode vir a ser contado de outra. Tudo o que hoje acontece terá, no futuro, várias versões narrativas”. Ou seja, a nova tendência confirmou a não existência de verdades absolutas, cabendo ao historiador a consciência de que “o máximo que poderá atingir será sempre a construção de versões possíveis, plausíveis, aproximativas daquilo que teria ocorrido” (PESAVENTO, 2008, p. 18). As inovações nos objetos de pesquisa e a emergência de novos conceitos, voltados para os domínios do cultural, influenciaram os historiadores a ampliar o seu olhar *detetivesco* sobre a história. Dessa forma, a análise sobre representação, imaginário, narrativa e sensibilidades inseriu-se na história, justamente, para ampliar as possibilidades de compreensão do

passado. Afirma Pesavento:

A proposta da História Cultural seria, pois, decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprios e o mundo. [...] Este seria, contudo, o grande desafio para a História Cultural, que implica chegar até um reduto de sensibilidades e de investimento de construção do real que não são os seus do presente (2004, p. 42).

Segundo Burke (2005), a História Cultural ampliou o território de pesquisa, mostrando os limites das abordagens anteriores e as possibilidades de se pesquisar temas antes invisíveis, mas isso não quer dizer que ela seja a melhor forma de história. Ela é “[...] simplesmente uma parte necessária do empreendimento histórico coletivo” (BURKE, 2005, p. 163), dando a sua contribuição indispensável para ampliar a percepção histórica, dentre outras possíveis.

A História Cultural, ao ampliar as dimensões social, econômica e política, além de incorporar aspectos culturais nas investigações, propiciou uma abrangência de problemas, objetos e temas de pesquisa histórica. Dentre os novos temas trabalhados na História Cultural destaca-se a história das instituições educativas de ensino superior, dando suporte para a pesquisa realizada sobre a Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande.

Ainda, apoiando-se nos caminhos abertos a partir da História Cultural, reconhece-se a importância da utilização de diferentes fontes históricas. Portanto, a pesquisa não buscou apenas o levantamento dos documentos institucionais sobre a Faculdade Católica de Filosofia, mas também dos relatos orais de pessoas que a vivenciaram. Nesse sentido, Werle salienta:

[...] aqueles que viveram e trabalharam naquela instituição têm contribuições a dar para a História da instituição; formas diferenciadas de apropriação indicam o quanto a história das instituições escolares pode beneficiar-se da consideração dessas visões em seu processo narrativo (2004, p. 26).

No entanto, os documentos não devem ser considerados como portadores da verdade, mas como fontes que representam uma versão da história institucional pesquisada. Dessa forma, o historiador também deve estar atento às “práticas discursivas”, aos

efeitos de sentidos emaranhados na narrativa escrita ou oral. É o que ressalta Pesavento (1995, p. 17) ao constatar que “o passado já nos chega enquanto discurso, uma vez que não é possível restaurar o real já vivido em sua integridade. Neste sentido, tentar reconstruir o real é reimaginar o imaginado”.

No intuito de ampliar as informações sobre a Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, enriquecendo o conhecimento adquirido pelas fontes escritas, utilizaram-se os relatos orais como fonte paralela de pesquisa.

Segundo Alberti (1989, p. 1), a História Oral “[...] ora constitui método de investigação científica, ora fonte de pesquisa, ora ainda técnica de produção e tratamento de depoimentos gravados”. Mesmo de acordo com o estudo dessa autora, considera-se a História Oral principalmente como metodologia. Para Ferreira e Amado (1998, p. 16), entendida como metodologia, a História Oral remete a duas dimensões: uma técnica e a outra teórica, sendo que as “soluções e explicações devem ser buscadas onde sempre estiveram: na boa e antiga teoria da história”. As autoras ressaltam que a metodologia estabelece e ordena os procedimentos de pesquisa, já as explicações “apenas a teoria da história é capaz de fazê-lo, pois se dedica, entre outros assuntos, a pensar os *conceitos* de história e memória, assim como as complexas *relações* entre ambos” (FERREIRA; AMADO, 1998, p. 16). Dessa forma, concorda-se com as autoras quando dizem:

A interdependência entre prática, metodologia e teoria produz o conhecimento histórico; mas é a teoria que oferece os meios para refletir sobre esse conhecimento, embasando e orientando o trabalho dos historiadores, aí incluídos os que trabalham com fontes orais (FERREIRA; AMADO, 1998, p. 17).

Tendo por base os estudos de Alberti, Ferreira e Amado, dentre outros, após definido o tema de estudo, é importante definir o andamento da pesquisa, como: a escolha dos entrevistados, o tipo de entrevista, o roteiro de entrevista, a realização da entrevista e depois sua transcrição, obtendo-se um conjunto de relatos que constituem o objeto de análise. São esses alguns dos passos que podem ser lidos a seguir.

Antes de começar o trabalho, deve-se levar em conta que a História Oral só pode ser empregada na existência de fontes vivas. Nesse sentido, Alberti (2005a, p. 21) sugere temas “ocorridos num espaço de tempo de aproximadamente 50 anos”, pois envolve a

memória dos entrevistados. Então, verificando as possíveis “fontes vivas”, a utilização da História Oral pode ser confirmada quando a pesquisa aborda um tema ainda considerado recente. Este foi o caso da pesquisa (iniciada em 2010) sobre a Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, criada em 1960, sendo possível a constatação das “fontes vivas” para realização do trabalho.

A escolha dos entrevistados pode ser orientada pelos objetivos da pesquisa. Segundo Alberti (2005b), na seleção dos “entrevistados em potencial” é importante buscar um conjunto heterogêneo de pessoas. No entanto, cabe esclarecer que a opção pela História Oral envolve critérios qualitativos. Sendo assim, não precisa haver uma preocupação com a quantidade de entrevistados e sim com a contribuição dessa amostragem para a pesquisa.

Para amostragem da pesquisa sobre a Faculdade de Filosofia foram selecionados oito entrevistados, entre os anos de 2010 e 2011. O primeiro grupo de entrevistadas correspondeu a cinco professoras aposentadas que vivenciaram o período de funcionamento da instituição em pesquisa. Foram elas: Alair Brandão Almeida<sup>2</sup>, Alice da Senhora Lemos Faria, Ruth Valente Porto, Solange Grafulha de Carvalho Leitão e Stella Emília Peixe Nader. Dessas entrevistadas, três foram professoras da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, uma delas também foi diretora, e as outras duas foram alunas. Essas alunas foram da primeira turma de formandos da Faculdade, no período de 1961 a 1964, cursando Filosofia e Pedagogia.

O segundo grupo de entrevistas ocorreu em 2011, com três pessoas que participaram da história da Faculdade em diferentes posições. Trata-se de Jussara Maria Silveira, João Pozzolo e Elsa Helena Heidtmann Vaghetti. A primeira entrevista de 2011 foi com Jussara, uma das filhas do advogado Hugo Dantas Silveira, já falecido, que foi além de um dos organizadores, o primeiro diretor e professor da Faculdade de Filosofia. Essa entrevista foi importante, pois contribuiu com informações sobre o rio-grandino Hugo Dantas Silveira que, possivelmente, não seriam encontradas em outras fontes. Além disso, Jussara também foi selecionada para a entrevista porque esteve presente nos anos iniciais de funcionamento da Faculdade, quando ainda era criança e ia junto com o pai para a Faculdade. Os dois últimos entrevistados foram o

---

<sup>2</sup> Cabe ressaltar que a Professora Alair faleceu em 25 de novembro de 2013, sendo este artigo dedicado à memória desta docente que marcou os diferentes níveis de ensino da cidade do Rio Grande com sua competência profissional.

professor padre João que ministrou aulas nas Faculdades de Direito e de Filosofia, mantidas pela Mitra Diocesana de Pelotas, em Rio Grande, e a senhora Elsa, uma das secretárias da instituição.

Quanto à escolha do tipo de entrevista a ser realizada, destacam-se duas opções. Uma é a entrevista temática, aquela que versa sobre a participação do entrevistado no tema escolhido como objeto principal; e a outra é a entrevista de história de vida, quando o centro de interesse é o próprio indivíduo da história. Porém, como explica Alberti (1989, p. 20):

[...] a entrevista temática pode ser considerada – como o é, por alguns autores - uma entrevista de história de vida, já que seu conteúdo está ancorado à história de vida do depoente, ou, mais especificamente, a uma parte de sua vida – o assunto, ou o tema, sobre o qual é entrevistado.

Com base em tal afirmativa, considera-se que a realização da entrevista temática não pode deixar de privilegiar os dados biográficos do entrevistado. Isso porque a história de vida também ajuda a obter melhores resultados na entrevista, constituindo condição para se iniciar a entrevista, com dados pessoais do entrevistado, e sugerindo questões antes não pensadas.

Referindo-se a escolha do tipo de entrevista, Meihy e Holanda (2010) destacam uma diferença entre História Oral de vida e História Oral temática: o *questionário*. Este, que se prefere chamar de *roteiro de entrevista*, apresenta-se como “peça fundamental para a aquisição dos detalhes procurados” (MEIHY; HOLANDA, 2010, p. 40). Segundo os mesmos autores:

[...] em história oral de vida, na medida do possível, deve-se trabalhar com o que se convencionou chamar de “entrevistas livres”; em história oral temática, o que deve presidir são os questionários [ou seja, os roteiros de entrevista], que precisam estabelecer critérios de abordagem de temas. As perguntas e as respostas, pois, são partes do andamento investigativo proposto (MEIHY e HOLANDA, 2010, p. 35).

Após ter, portanto, listado os nomes dos possíveis entrevistados e o tipo de entrevista a ser realizada, pode-se elaborar um roteiro geral, sendo importante abarcar, sempre que possível, as mesmas questões em todas as entrevistas. Para Alberti (2005a, p. 98) o roteiro geral “deve ser elaborado após a etapa de pesquisa exhaustiva sobre o tema, constituindo momento de sistematização do

conhecimento adquirido e instrumento que garante a unidade de todas as entrevistas”. Com isso torna-se possível identificar divergências ou concordâncias a uma mesma pergunta, aprofundando-se as possibilidades de análise. Até porque no tratamento dos dados coletados, “[...] o que interessa é justamente a possibilidade de comparar as diferentes versões dos entrevistados sobre o passado, tendo como ponto de partida e contraponto permanente aquilo que as fontes já existentes dizem sobre o assunto” (ALBERTI, 1989, p. 18).

Ainda sobre o roteiro geral de entrevistas, esclarece Alberti (2005a, p. 121): para “evitar que o entrevistado seja induzido a responder aquilo que o entrevistador deseja, o emprego de perguntas abertas funciona como recurso para que o entrevistado efetivamente fale - e fale bastante - sobre o que se pede”. Seguindo as sugestões da autora, também vale deixar um espaço no roteiro para que o entrevistado emita sua opinião sobre a entrevista. Essa é a hora de “permitir que ele também faça um balanço do que foi dito e destaque aquilo que julgar importante” (ALBERTI, 2005a, p. 132).

Para exemplificar, destaca-se que, na pesquisa sobre a Faculdade de Filosofia as entrevistas seguiram um roteiro geral que serviu de guia para a obtenção das informações. Os itens objetivam obter dados, primeiramente de identificação, formação e trabalho docente ou área de atuação dos entrevistados, já em seguida os itens abordam questões sobre a Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande. E, por fim, abriu-se um espaço de reflexão para que os entrevistados acrescentassem, caso quisessem, algo importante.

Com o roteiro de entrevistas elaborado cabe escolher quem será a primeira pessoa entrevistada. Conforme Alberti (2005a, p. 85), essa escolha “pode recair sobre figuras de atuação destacada em relação ao tema, julgadas mais representativas e cujos depoimentos pareçam essenciais para a realização das demais entrevistas”. Quando se trata de entrevistar pessoas idosas, sugere-se também que se comece a entrevistar aqueles com idade mais avançada.<sup>3</sup> Nesse caso também é preciso estar atento aos limites físicos dos entrevistados. É o que diz Bosi (1994, p. 39) sobre as “lembranças dos velhos” que afloram, muitas vezes, “nos limites

---

<sup>3</sup> Conforme Tourtier-Bonazzi (1998, p. 233), nas entrevistas com idosos, alguns cuidados são necessários, como: “evitar perguntas excessivamente meticulosas do ponto de vista cronológico”. Isso porque, segue o autor: “Pode ocorrer que, decepcionada por não poder responder, a testemunha se perturbe e interrompa ou abrevie a entrevista”. Para maiores sugestões sobre o desenvolvimento da entrevista e sua transcrição ver: Tourtier-Bozanni (1998, p. 233-245).

de seu corpo, instrumento de comunicação às vezes deficitário”. Segue a mesma autora:

Quando a memória amadurece e se extravasa lúcida, é através de um corpo alquebrado: dedos trêmulos, espinha torta, coração acelerado, dentes falhos, urina solta, a cegueira, a ânsia, a surdez, as cicatrizes, a íris apagada, as lágrimas incoercíveis (BOSI, 1994, p. 39).

Apesar dos possíveis limites físicos, os idosos podem ser considerados como “entrevistados em potencial”. Isso porque, conforme Halbwachs (2004, p. 127): “Estos, cansados de la acción, se desvían al contrario del presente, y se encuentran en las condiciones más favorables para que los acontecimientos pasados reaparezcan tal cual tuvieron lugar”. Ainda, sobre a memória dos velhos, menciona Bosi:

[...] sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que, de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que a pessoa de idade (1994, p. 60).

Ao contrário dos jovens, os idosos se envolvem de tal modo na tarefa de lembrar que, ao serem convidados para uma entrevista, comprometem-se com a atividade, como se fosse um trabalho. Não raro, pedem auxílio a outros idosos<sup>4</sup>, buscam vestígios do passado entre seus pertences, quando não anotam tais lembranças para não deixá-las escapar no momento da entrevista. É o que comenta Halbwachs:

Él no se contenta, comúnmente, con esperar pasivamente que los recuerdos se despierten, él busca precisarlos, interroga a otros ancianos, revisa sus propios papeles, sus antiguas cartas y, sobre todo, cuenta aquello que recuerda, cuando no se preocupa por registrarlos por escrito. E suma, el anciano tiene mucho más interés por el pasado que el adulto, pero eso no significa que esté en condiciones de evocar más recuerdos de ese pasado que cuando era adulto [...] (2004, p. 128).

---

<sup>4</sup> Sobre o auxílio a outras pessoas para confirmar as lembranças, destaca Bosi (1994, p. 407): “Somos, de nossas recordações, apenas uma testemunha, que às vezes não crê em seus próprios olhos e faz apelo constante ao outro para que confirme a nossa visão”.

Enfim, mesmo que os meios de comunicação dos idosos estejam abalados, geralmente não falta a eles o desejo de narrar suas experiências, o que é fundamental para que haja a disposição para lembrar. Por isso, como bem destaca Bosi (1994, p. 82), a “conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda [...] é semelhante a uma obra de arte”. Para Prins (1992, p. 191) essa “experiência profunda” dos idosos é denominada: “poço de informações”. Tanto Bosi (1994) como Prins (1992) definem bem o quanto o conhecimento dos idosos, as “fontes vivas”, acrescenta luz ao trabalho de História Oral.

Outra sugestão pertinente é a de “iniciar a pesquisa entrevistando aqueles aos quais se tenha alguma facilidade de acesso, e que podem, a partir da relação estabelecida, mediar novos contatos no interior do conjunto listado” (ALBERTI, 2005a, p. 85). Enfim, assim como em outras etapas da pesquisa, cabe o bom senso e a sensibilidade do pesquisador, aliado a um bom embasamento teórico-metodológico, para saber qual atitude tomar em cada uma das situações.

Conforme os princípios da História Oral, o primeiro contato com o entrevistado também deve ser planejado, podendo ser feito por telefone, e-mail ou através de uma visita. Nesse contato é importante que o pesquisador explique o propósito da pesquisa, o método que será empregado, bem como a importância da pessoa selecionada para a entrevista. Na medida em que vai se formando um vínculo de confiança entre entrevistador e entrevistado cabe, por exemplo, informar previamente que: a entrevista será gravada, haverá um termo de cedência da entrevista para ser assinado e todos os relatos, depois de transcritos, passaram pelo crivo do entrevistado. Da mesma forma, pode-se apresentar o roteiro de entrevista, “esclarecendo tratar-se apenas de uma orientação de apoio que não será seguida à risca” (ALBERTI, 2005a, p. 117), e solicitar ao entrevistado que separe alguns documentos pessoais que possam ajudar na pesquisa.

Acrescenta-se que os passos exigidos pela História Oral devem ser e foram criteriosamente seguidos, buscando cumprir com o rigor teórico-metodológico da pesquisa. Isso porque, como bem salienta Fischer (2011, p. 18): “Conhecer histórias de outras épocas, adentrar na vida de sujeitos que tiveram ricas experiências em outros tempos, exige sensibilidade e rigor teórico, antes de tudo, se quisermos fazer das narrativas um objeto de estudo”.

Sobre o termo de cedência da entrevista, Alberti (2005a, p. 88-89) destaca que convém ao entrevistado assinar esse

documento ao final da entrevista. Isso porque somente ao final da entrevista ele poderá avaliar o teor do que foi gravado. Ainda, após a transcrição da entrevista é importante que o entrevistado leia o seu relato, podendo liberar a divulgação de toda entrevista, de partes dela ou fazer as alterações que julgar necessárias. Até porque, como bem ressalta Bosi (2003, p. 66), “Se o intelectual quando escreve, apaga, modifica, volta atrás, o memorialista tem o mesmo direito de ouvir e mudar o que narrou. Mesmo a mais simples pessoa tem esse direito, sem o qual a narrativa parece roubada”.

Ainda no primeiro contato pode ser selado o acordo de participação da pesquisa, marcando o local do encontro. Bosi (2003, p. 59) comenta que “se o local de encontro for a casa do depoente, estaremos mergulhados na sua atmosfera familiar e beneficiados pela sua hospitalidade”. Mas, na casa também pode haver interferências que prejudiquem a entrevista. Então, o ideal é deixar o entrevistado à vontade na escolha do local que lhe seja agradável.

Percebe-se que o trabalho com História Oral é dispendioso e requer dedicação do pesquisador. Conforme Alberti (2005b, p. 189):

Não se trata de sair com o gravador em punho e solicitar às pessoas que relatem suas vidas. É preciso **ter bem claro por que, como e para que se fará uma entrevista utilizando história oral**, e não adotar posturas ingênuas, como se imbuir da missão de “dar voz aos vencidos”, ou esquecer que toda entrevista é documento-monumento.

O trabalho com História Oral e memória exige do pesquisador responsabilidade científica. Ele não poderá sobrepor o seu ponto de vista sobre o do entrevistado, nem tratar o relato do entrevistado como portador da verdade.<sup>5</sup> Deverá, sim, com respeito às opiniões do entrevistado, ser capaz de (des)construir conhecimentos, produzindo novos documentos contextualizados. Isso porque “o trabalho com história oral exige do pesquisador um elevado respeito pelo outro, por suas opiniões, atitudes e posições, por sua visão de mundo enfim” (ALBERTI, 1989, p. 6).

Tendo em vista tais cuidados, também cabe ao pesquisador

---

<sup>5</sup> Mesmo que sejam constatadas deformações no relato do entrevistado, Bosi (2003, p. 65) ressalta: “Não temos, pois, o direito de refutar um fato contado pelo memorialista, como se ele estivesse no banco dos réus para dizer a verdade, somente a verdade. Ele, como todos nós, conta a sua verdade”. Portanto, ser inexato não invalida o relato.

estabelecer, no início da pesquisa, se irá ou não disponibilizar os relatos transcritos a um arquivo público.<sup>6</sup> Isso porque, como bem destaca Ricoeur:

[...] como toda escrita, um documento de arquivo está aberto a quem quer que saiba ler; ele não tem, portanto, um destinatário designado, diferente do testemunho oral, dirigido a um interlocutor preciso; além disso, o documento que dorme nos arquivos é não somente mudo, mas órfão; os testemunhos que encerra desligaram-se dos autores que os “puseram no mundo” [...] (2007, p. 179).

Chega, enfim, o momento de finalizar, formalmente, a entrevista e a gravação. Mas, não raro a conversa continua, com novos relatos e confidências dos entrevistados. Como bem diz Bosi: “Freqüentemente, as mais vivas recordações afloravam depois da entrevista, na hora do cafezinho, na escada, no jardim, ou na despedida no portão” (1994, p. 39). Nesse momento o pesquisador pode afligir-se pela falta da gravação, porém deve valer-se das sábias palavras de Bosi quando esclarece: “Continuando a escutar ouviríamos outro tanto e ainda mais. Lembrança puxa lembrança e seria preciso um escutador infinito” (1994, p. 39). Portanto, acredita-se que apenas é preciso saber a hora de finalizar a entrevista, quando o roteiro já foi criteriosamente explorado, sem causar desconforto para ambos, entrevistado e entrevistador.

Por tudo, acredita-se que uma das vantagens da História Oral está no fato de a mesma privilegiar “a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu” (ALBERTI, 2005a, p. 23). A História Oral instiga pela possibilidade de lidar com fontes vivas, registrando suas memórias que estavam adormecidas, mas que ao serem evocadas acabam emergindo junto a outras memórias. Comenta Halbwachs: “[...] cuando evocamos una ciudad, sus barrios, sus calles, sus casas, ¡qué cantidad de recuerdos emergen, muchos de los cuales nos parecían desaparecidos para siempre, y que nos ayudan a su vez a descubrir otros!” (2004, p. 52). E, justamente, serão essas as memórias que irão manter vivo o

---

<sup>6</sup> Destaca-se que a História Oral apresenta duas tendências: a norte-americana e a européia. Aquela privilegia a formação de acervos de entrevistas abertos ao público, não estando necessariamente vinculada a um projeto de pesquisa. Já a tendência europeia, seguida nesta pesquisa, privilegia a investigação científica, sem que as entrevistas sejam colocadas à disposição de um acervo aberto ao público. Maiores informações em: Alberti (1989, 2005a).

passado dos entrevistados no futuro. Isso porque, como expressa Thompson: “A história oral devolve a história às pessoas em suas próprias palavras. E ao lhes dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas” (1992, p. 337). Da mesma forma, afirma Delgado:

Ao registrar no tempo presente as memórias sobre o tempo que passou, o historiador e os demais profissionais vinculados a pesquisas que utilizam a metodologia da história oral fazem dos testemunhos recolhidos fontes de imortalidade – documentos/monumentos, sob a forma de vozes e de textos que ficarão arquivados como registros vivos da multiplicidade de experiências que constituem a vida humana na sua essência (2006, p. 62).

E, ainda, no final de tudo também é possível formar laços de amizade ou, no mínimo, um sentimento de gratidão por ambas as partes: “o ouvinte, pelo que aprendeu; o narrador, pelo justo orgulho de ter um passado tão digno de rememorar quanto o das pessoas ditas importantes” (BOSI, 2003, p. 61). Enfim, com a História Oral o historiador tem a oportunidade de encontrar-se com sua fonte de pesquisa, contribuindo para uma história mais rica, viva e, acredite-se, comovente. Toda pesquisa baseada na História Oral também sugere uma abordagem sobre a memória<sup>7</sup>, pois a memória dos entrevistados será transformada em fonte de pesquisa. Como afirma Corrêa (1978, p. 15), “cabe ao historiador oral obter memórias de pessoas vivas que sirvam de documento para o futuro; documentos que, em forma de memórias, se não forem extraídos rapidamente, se perderão definitivamente [...]”. No entanto, torna-se importante frisar que a memória está sempre em processo de reconstrução, não sendo possível reviver o passado tal qual aconteceu.<sup>8</sup>

Nesse sentido, Candau (2011, p. 9) afirma que, a memória “é, acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstrução fiel do mesmo”. Dessa forma não haveria a possibilidade de memorizar as experiências

---

<sup>7</sup> Para Worcman (2006, p. 10), a memória é “tudo aquilo que uma pessoa retém na mente como resultado de suas experiências. Ela é seletiva, seja um procedimento consciente ou não. Portanto, não é um depósito de tudo que nos acontece, mas um acervo de situações marcantes”.

<sup>8</sup> Conforme Perrot (1998, p. 358-359), o problema da memória apresenta-se como um dos limites da História Oral. Isso porque a memória é sempre algo reconstruído em função das experiências do entrevistado. Sobre as dificuldades e desafios que envolvem o uso da História Oral ver, por exemplo: Ferreira e Amada (1998).

passadas na sua integridade. Acrescenta o mesmo autor: “a lembrança não é a imagem fiel da coisa lembrada, mas outra coisa, plena de toda a complexidade do sujeito e de sua trajetória de vida” (CANDAUI, 2011, p. 65).

Para o historiador Catroga (2001), a memória não é um mero registro pessoal. Ela é uma construção seletiva, assim como a História, que recebe sempre uma sobredeterminação social. Dessa forma, Catroga cita Ricoeur e Halbwachs para destacar que recordar é um ato de alteridade e que, portanto, a memória é coletiva. Em conformidade com estes autores, Catroga (2001, p. 45) ressalta que “ninguém se recorda exclusivamente de si mesmo”.

Assim como Catroga (2001), Bosi (1994) cita Halbwachs para afirmar que a memória individual está ligada a memória do grupo, sendo assim: “A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo” (BOSI, 1994, p. 54). Desse convívio em grupo é possível observar uma identidade comum.

A identidade comum, por exemplo, revela-se nas repetições dos relatos orais de um grupo de indivíduos, caracterizando a memória coletiva. Para Neves:

Cada pessoa é componente específico de um amálgama maior que é a coletividade. Portanto, cada depoente fornece informações e versões sobre si próprio e sobre o mundo no qual vive ou viveu. A história oral, em decorrência, é a arte do indivíduo, mas de um indivíduo socialmente integrado. Desta forma, os relatos e testemunhos contêm em si um amálgama maior: o da identidade histórica (2000, p. 114).

No entanto, também é importante frisar que “por muito que deva a memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum” (BOSI, 1994, p. 411). Ou seja, um acontecimento que não teve repercussão coletiva pode ficar registrado na memória individual. Mesmo assim, Bosi (1994, p. 413) salienta que, conforme Halbwachs, essa “memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”.

Candau (2011), no seu livro “Memória e Identidade”, põe em discussão a construção da memória coletiva nas sociedades

contemporâneas, enfatizando a tendência de memórias fragmentadas e a impossibilidade de memórias unificadas. Conforme o autor: “Nas sociedades modernas, o pertencimento de cada indivíduo a uma pluralidade de grupos torna impossível a construção de uma memória unificada e provoca uma fragmentação de memórias” (CANDAU, 2011, p. 172). Dessa forma, as grandes memórias organizadoras do grupo dão lugar a um mosaico de memórias que cabe ao indivíduo salvaguardar para não perder a si mesmo.

Candau (2011), no entanto, não está sozinho na defesa dessa crise de paradigmas no campo da memória. Portelli (1998), por exemplo, é um dos autores que já defendia a impossibilidade de uma memória coletiva. Segundo este autor:

Se toda memória fosse coletiva, bastaria uma testemunha para uma cultura inteira; sabemos que não é assim. Cada indivíduo, particularmente nos tempos e sociedades modernos, extrai memórias de uma variedade de grupos e as organiza de forma idiossincrática (PORTELLI, 1998, p. 127).

Enfim, tanto Candau (2011) como Portelli (1998) defendem que na sociedade moderna há uma pluralidade fragmentada de diferentes memórias. Mesmo tendo em vista as cabíveis análises desses autores, considera-se que em uma pesquisa com entrevistados envolvidos com o mesmo objeto de pesquisa convém considerar a memória coletiva, pois o que estaria em foco seriam as recordações do grupo de entrevistados, participantes da mesma história.

Percebe-se que, não raro, o entrevistado busca a confirmação das suas lembranças nos relatos dos demais entrevistados ou integrantes da mesma história, como um reforço da memória coletiva. As confirmações dos relatos indicam que há na memória individual uma base comum do grupo de entrevistados, construída socialmente. Como diz Fischer, “[...] a memória individual em parte assenta-se na memória coletiva. Lembranças e recordações de grupos são construídas coletivamente em uma base de memória” (2011, p. 20-21). Sendo assim, segue a autora: “É possível entender que cada indivíduo tem uma singularidade em si, mas esta singularidade, na maior parte das vezes, é construída socialmente” (FISCHER, 2011, p. 21). Por isso, percebe-se que, ao rememorar uma história, os relatos dos entrevistados estão imbricados, confirmando a memória coletiva.

Outro aspecto importante refere-se às relações entre a memória e a representação historiográfica do passado. Segundo Catroga (2001), a memória, aberta a dialética entre recordação e esquecimento, está vulnerável a deformações mesmo que inconscientes. Já a historiografia, a partir da análise crítica dos vestígios, busca “ressuscitar” com maior exatidão o passado, estimulada pelas inquietações do presente. No entanto, a historiografia, apesar de suas prevenções, também “se edifica entre silêncios e recalcimentos” (CATROGA, 2001, p. 57).

Ambas, memória e historiografia também se aproximam. Constroem re-presentificações e ordenam os acontecimentos, oferecendo um novo olhar sobre o passado. Ainda, para combater a amnésia, elas lidam com o ausente, com o morto como diz Certeau, para fazer reviver o que já passou. Por isso, Catroga (2001, p. 58) ressalta que a historiografia é “filha da memória”, assim como a memória é “filha” da historiografia.

Percebe-se que a memória como re-presentificação reflete no presente as representações do passado. Assim, pode-se dizer que a recordação (anamnesis) dá futuro tanto para o presente como para o passado. Enfim, a memória preserva as histórias, individuais e coletivas, salvando-as do esquecimento e da perda (CATROGA, 2001). Sendo assim, “tanto a História como a memória, apesar de distintas, têm substância comum: são antídotos do esquecimento. São fontes de imortalidade” (DELGADO, 2006, p. 42), atualizando as lembranças do passado.

Nesse mesmo sentido de Catroga (2001) e Delgado (2006), salienta Le Goff (1992, p. 477): “A memória, onde nasce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”. Para tanto, segundo Le Goff (1992), torna-se necessário, a democratização da memória social.

Por tudo, a utilização da História Oral e de temáticas que a envolvem, como a memória, apresenta-se como desafios a serem explorados. Ainda assim, sabe-se que tanto uma como outra não se bastam, ou seja, outras pesquisas também podem ser utilizadas na tentativa de ampliar as possibilidades de análise. Porém, algumas seleções precisam ser feitas, deixando-se de lado algumas opções, para que se possa analisar com maior cuidado o material constituído da História Oral.

Conforme Certeau (2000), a pesquisa em história se faz na troca de ideias e na problematização de informações. Isso porque o

historiador não compõe sua narrativa imune do seu ambiente, da prática social. Assim como, o historiador também não tem sua obra reconhecida se ela não passar pelo olhar refinado dos seus pares. Por isso, este texto também está aberto ao crivo de outros historiadores que contribuíam com os seus novos olhares sobre as considerações construídas.

## **Considerações Finais**

No presente artigo buscou-se indicar alguns encaminhamentos que ajudaram na construção da pesquisa, envolvendo História Oral e memória. Afirma-se que o estudo teórico-metodológico favoreceu o andamento da pesquisa, possibilitando a ampliação de novos problemas, objetos e temas a serem investigados.

As memórias sobre a Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, registradas através das entrevistas, enriqueceram a pesquisa, pois, por meio delas, obtiveram-se informações que certamente não seriam encontradas nas demais fontes de pesquisa. O roteiro de entrevista norteou o que se pretendia obter sobre a referida Faculdade, além de permitir o levantamento de dados pessoais dos entrevistados. Entre histórias de vida e histórias institucionais, acredita-se que foi possível constituir um amálgama consistente. Considera-se que as entrevistas, permeadas de memórias, complementaram peças perdidas e importantes do quebra-cabeça da história da Faculdade de Filosofia de Rio Grande.

Inspirando-se em autores da História Cultural, buscou-se recolher os traços, os registros do passado, revelar detalhes, evidenciar atores antes secundários e também, porque não, construir novas fontes, combinando as peças para montar um quebra-cabeça com sentido. Tudo isso só foi possível após o estudo dos caminhos que iriam favorecer o andamento do trabalho, por isso este artigo evidenciou os bastidores da pesquisa. Enfim, espera-se que da leitura deste texto surjam novas reflexões sobre os cuidados ao longo da pesquisa que envolva a História Oral e a memória, bem como em qualquer investigação científica. Sabe-se que não se esgotaram aqui as possibilidades de trabalho, apenas algumas linhas foram tecidas na tentativa de mapear alguns pontos nodais que possam facilitar a construção de novos horizontes na pesquisa histórica.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. *História Oral: a experiência do Cpdoc*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Manual de História Oral*. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005a.
- \_\_\_\_\_. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005b, p.155-202.
- BARROS, José D'Assunção. *O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BOSI, Ecléia. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- \_\_\_\_\_. *O tempo vivido da memória: ensaios de psicologia social*. 2 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. Trad. Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.
- CATROGA, Fernando. Memória e história. In: PESAVENTO, Sandra Jatayh (Org.) *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: UFRGS, 2001. p. 43-69
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- CORRÊA, Carlos Humberto P. *História Oral: teoria e técnica*. Florianópolis: UFSC, 1978.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Coord.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- FISCHER, Beatriz T. Daudt (Org.). *Tempos de escola: memórias*. São Leopoldo: Oikos; Brasília: Líber Livro, 2011.
- HALBWACHS, Maurice. *Los marcos sociales de la memoria*. Trad. Manuel A. Baeza e Michel Mujica. Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial; Concepción: Universidad de la Concepción; Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2004.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão. 2 ed. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1992.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- NEVES, Lucília de Almeida. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. *História Oral*, n. 3, p. 109-116, jun. 2000.
- PERROT, Michelle. A força da memória e da pesquisa histórica. *Projeto História*, São Paulo, n. 17, p. 351-360, nov. 1998.
- PORTELLI, Alesandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Coord.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 103-130.
- PRINS, Gwyn. História Oral. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas*

- perspectivas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992. p. 163-198
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François et al. Campinas: UNICAMP, 2007.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Trad. Lólio Lorenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Coord.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 233-245
- WORCMAN, Karen; PEREIRA, Jesus Vasquez (Coord.). *História falada: memória, rede e mudança social*. São Paulo: SESC/SP; Museu da Pessoa; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

